

Egreja da Memoria.

Saíndo el-rei D. José I, na sua carruagem, pelas onze horas da noite de 3 de setembro de 1758, da quinta chamada do *Meio*, em Belem, em direcção ao palacio de Nossa Senhora da Ajuda, do qual a separava um pequeno campo, tres individuos, montados em cavallos, dispararam sobre a carruagem os bacamartes de que estavam armados, fazendo grandes rombos no espaldar da carruagem, e ferindo gravemente o soberano.

Não estão ainda bem esclarecidas, e por ventura nunca o serão, as verdadeiras causas d'este attentado, nem é nosso proposito averigual-as aqui. Todas as peripecias, porém, do drama, tão tenebroso como terrivel, representado nas immediações do elegante arrabalde de Belem, perpetuaram-se na tradição popular, como a recordação dos horriveis supplicios a que foram condemnados os que o tribunal especial, creado pelo marquez de Pombal, julgou e sentenciou como criminosos.

Reconhecido o monarcha ao favor divino, ao qual cria dever a existencia, tão seriamente ameaçada pela execranda tentativa dos conjurados, determinou mandar erigir um templo em acção de graças, consagrado á Virgem Nossa Senhora, sob o titulo do *Livramento*, e a S. José, seus especiaes protectores.

Communicando-o assim el-rei ao cardeal patriarcha, declarou-lhe que a benção da nova cruz teria logar no dia 2, e no dia 3 de setembro de 1760 a benção e collocação da primeira pedra, a qual tinha palmo e meio em quadro, lendo-se nas duas faces oppostas as inscripções seguintes:

JOSEPHUS I.
LUSITANIÆ REX.
FIDELISSIMUS
DEIPARÆ LIBERATRICIS
PROTECTIONE
III. NONAS SEPTEMBRIS
ANNI MDCCLVIII.
HIC INTER DENSOS GLOBOS PLUMBEOS
SOSPENS EVADENS
CONSPIRATORUM INSIDIAS
IN EUM
GEMINA SCLOPORUM DISPLOSIONE
IRRUENTIUM
TEMPLUM HOC
IN PERPETUUM TANTI BENEFICII
MONUMENTUM
ÆDIFICARI FECIT.

HUJUS TEMPLI IN HONOREM
DEI, ET BEATISSIMÆ VIRGINIS MARIÆ
LIBERATRICIS, AC IPSIUS SPONSI
SANCTI JOSEPH DICANDI
LAPIDEM HUNC PRIMUM
AB IPSO REGE DELATUM
BENEDIXIT, AC IMPOSUIT

EM.^{mus} D. FRANCISCUS I.
S. R. E. CARDINALIS DE SALDANHA
PATRIARCHA LISBONENSIS.
SUMMO PONTIFICE CLEMENTE XIII.
DIE III. SEPTEMBRIS
ANNO DOMINI MDCCLX.
POST TERRÆMOTUM V.

Realisou-se com effeito a ceremonia com extraordinaria pompa, assistindo el-rei e toda a corte, e um innumeravel concurso de povo, que, para a presencear, accorrêra de Lisboa e circunvisinhanças, tendo-se levantado para este fim um edificio provisorio de madeira, junto ao alicerce do novo templo, que o vulgo ficou chamando da *Memoria*.

Foi este construido em uma desafogada eminencia, exactamente no mesmo sitio em que teve logar o crime. No systema de architectura é mui similhante ao templo do Coração de Jesus, vulgò da *Estrella*.

A egreja não é grande, mas mui clara e vistosa, e toda de marmore *lioz*, primorosamente lavrado. Tem um só altar, para onde se sobe por tres degráos. A maior claridade vem-lhe de um grande e airoso zimborio com oito janellas, oito oculos na cupula, e oito janellas no lanternim sobre que descança o globo em que está assente a cruz. Todo o pavimento da egreja é em xadrez de pedras embutidas de varias côres.

Para as tribunas, que correm ao lado da unica capella, ha uma escada de excellente cantaria, para onde se entra pela porta do lado do evangelho. Outra escada, do lado da epistola, conduz ao côro; finalmente uma outra escada dá serventia para o terrado e para a torre, que tem quatro sinos, e é rematada por um globo com sua cruz e catavento de ferro. O terraço é guarnecido de elegante balaustrada de pedra.

Circula toda a egreja um espaçoso corredor com janellas de grades, e tres grandes oculos, um no frontispicio da egreja, e dois no arco cruzeiro por baixo do zimborio. As tribunas são quatro para as pessoas reaes, tendo por cima quatro janellas, e em baixo quatro portas, dando duas d'estas entrada para duas sachristias, uma de cada lado. No arco cruzeiro ha duas grandes tribunas, uma de cada lado, e no corpo da egreja mais duas pequenas, uma de cada parte, junto ao côro. Na bocca do throno, que serve para exposição do Santissimo, ha um grande painel, allegorico ao attentado de 3 de setembro de 1758, devido, se nos não enganâmos, ao facil e fecundo pincel de Pedro Alexandrino.

A egreja da *Memoria* concluiu-se já no reinado da senhora D. Maria I, está mui bem acabada, e posto que se resinta do gosto architectonico dominante n'aquella epocha, é obra que acredita os nossos artifices.

N'esta egreja se celebra missa todos os dias, para o que tinha, e crêmos que tem, um capellão com 300$000 réis, um sachristão com 80$000 réis, e um faquino com 7$200 réis mensaes, tudo pago pela folha da santa egreja patriarchal. Tanto o capellão, como os dois outros empregados, moram nas casas que para sua habitação se construiram tambem na proximidade do templo.

FILIPPE II E A NOBREZA PORTUGUEZA

DURANTE AS SUAS PRETENÇÕES AO THRONO DE PORTUGAL.

(Apontamentos de um livro inedito)

I.

O que Faria e Sousa escreve na sua Europa Portugueza «que Filippe II não teve outro direito á herança d'este reino senão a agencia de Moura com as cedulas, ou cartazes, sendo Filippe o comprador, os taes personagens os vendedores, e Moura o pregoeiro da almoeda» confirma-se todos os dias pelos documentos, que as investigações historicas extrahem dos archivos, e patentêam mais uma vez o estado de abatimento politico, e de corrupção moral a que estava reduzido o nosso paiz, depois que a inquisição e o jesuitismo se haviam tornado instrumentos apparentes, mas dominadores effectivos do absolutismo monarchico.

Não se póde affirmar que fossem aquellas instituições as unicas causas da nossa deploravel decadencia, mas seguramente eram as principaes, as mais poderosas: a inquisição, opprimindo as consciencias, estancava tambem as fontes da riqueza social, pela perseguição continua e implacavel contra as classes laboriosas, contra a raça que possuia os capitaes, a instrucção e a capacidade industrial: o jesuitismo, de outro lado, deprimindo os caracteres, e pervertendo as intelligencias entorpecia ao mesmo tempo a actividade dos cidadãos, afastando-os das luctas honrosas do trabalho, para os absorver nas exclusivas preoccupações da vida futura.

Foram os jesuitas, na qualidade de corporação organisada, os instigadores da usurpação de Filippe II, como se affirma e se procura provar na «Deducção Chronologica?» Não o crêmos de um modo absoluto, mas não podemos deixar de reconhecer que o interesse dos jesuitas, que o interesse de Roma devia ser engrandecer Filippe II, o representante da reacção, o defensor do catholicismo por excellencia, e que morto D. Sebastião que, pelo seu fanatismo, se podia tornar, e se tinha tornado, o mais docil executor das suas vontades, a pessoa que mais lhe convinha no throno de Portugal era o omnipotente monarcha que com um dos braços tentava esmagar a reforma, e extirpar a heresia, e com o outro repellir os turcos da Europa, periodicamente devastada pelas suas incursões.

E esta nossa convicção tendo por si a razão historica acha-se comprovada pela narração de um jesuita, mestre de primeiras letras d'el-rei D. Sebastião, amigo e companheiro inseparavel do padre Luiz Gonçalves da Camara, na sua *Relação da vida d'el-rei D. Sebastião*, chronica que ainda se conserva inedita. Eis o que elle escreve, tratando de exaltar as virtudes do padre Luiz Gonçalves da Camara: «.... trazia comsigo as epistolas de S. Paulo, de que era mui devoto, e procurava com cuidado imital-o em especial no zêlo e desejo grande da salvação das almas que morava em seu espirito, d'onde parece lhe nascia o que um dia passou comigo, sobre o que el-rei D. Filippe II tinha feito na conversão dos infieis do Pará e Nova Hespanha.

«E foi que tendo então novas da muita e grande christandade que com seu particular e santo zêlo era feita n'aquellas partes, e dos muitos milhares de almas que por seu meio tinham recebido o santo baptismo, me disse estas palavras. Eu não sou propheta, mas pelo que tenho visto e lido na Sagrada Escriptura, de quanto Deus estima estes serviços, e os costuma premiar, olhae que vos digo que ha de pagar a *el-rei Filippe o que n'este particular tem feito, e ha de ser com o fazer rei de Portugal, e isto muitos annos antes que elle o fosse.*» (1)

O que é tambem fóra de duvida é que os jesuitas se haviam apoderado da instrucção publica pouco antes da morte d'el-rei D. João III, que a nova geração dos fidalgos e abastados recebêra o ensino nas suas escholas, e que não menos pela devassidão dos

(1) Relação da vida d'el-rei D. Sebastião, primeiro d'este nome em Portugal, pelo padre Amador Rebello, da companhia de Jesus, que foi companheiro de seu mestre o padre Luiz Gonçalves da Camara. — Manuscripto da bibliotheca da Academia Real das Sciencias.

costumes, pelo fausto e pelo luxo, do que pela idéa de que os progressos da religião se deviam sempre antepor ao engrandecimento e ao esplendor nacional, o amor da patria era um sentimento quasi inteiramente extincto nas classes superiores.

Quando Christovão de Moura e o duque de Ossuna, acompanhados pelos jurisconsultos Rodrigo Vasquez, Molina e Guandiola vieram a Portugal tratar das pretenções de Filippe II, a aristocracia, com raras excepções, lançou-se nos braços do infatigavel corruptor, e o povo odiando mortalmente o jugo de Castella encontrou-se isolado e sósinho, sem cabeças que o conduzissem, e podessem dar direcção á sua resistencia.

Christovão de Moura, cuja consciencia não era das mais puras, e que fôra desde verdes annos iniciado nos tenebrosos mysterios da chancellaria hespanhola, chega a aterrar-se da cobiça e avidez dos fidalgos portuguezes, e das suas excessivas exigencias: «Os cavalheiros, escreve elle n'uma carta a Filippe II, pretendem sacar mais do que aquillo que se lhes promette quando se vier a tratar d'isso, e parece-me que tem intentos, segundo as cousas que praticam, de conseguir que v. m. não venha a possuir n'esta terra *um unico maravedi de renda, porque tudo querem para si.*» (1)

As principaes auctoridades ficaram immediatamente addictas ao partido de Castella. Em 30 de janeiro de 1580 Christovão de Moura, fallando dos inconvenientes que poderiam sobrevir pela morte do cardeal D. Henrique escrevia a Filippe II: «Tudo ha de ter remedio, e quando outra cousa fôra os *governadores fal-a-hão boa se lhe obedecerem, porque de cinco temos os quatro*, como v. m. sabe, e por taes estão apontados: e o arcebispo (o arcebispo de Lisboa) disse-me hontem que lhe désse mais couraças: disse-lhe que haviam de ser *roxas*, e acceitou o remoque, entendendo que era *barrete*, e esta foi a minha intenção. Na camara de Lisboa temos de quatro regedores tres, contando com o novo que el-rei nomeou, e assim depois que elle entrou está aquillo de melhor maneira.... » (2)

O povo, ao contrario, andava inquieto, impaciente, desejoso de romper em alguma manifestação contra os castelhanos. Filippe II não o ignorava, e insiste n'essa idéa frequentemente. N'uma carta ao duque de Medina Sidonia, fallava-lhe dos receios que tinha do duque de Barcellos, *por la gaña que el pueblo muestra de querer rey natural*. N'outra carta ao duque de Ossuna recommenda-lhe que se guardasse da *furia do povo* pelo muito que estimava a sua pessoa e serviços.

Christovão exprime o mesmo sentimento em differentes logares da sua longa correspondencia. «A Rodrigo Vasquez (um dos jurisconsultos da embaixada) dei os quatro mil ducados de dez reales para os effeitos que v. m. manda, e tudo será mister *para abrandar a dureza do povo que, como mais ignorante, é mais difficultoso de persuadir.* (3)

Pela relação das pessoas que se pozeram ao serviço de Filippe II, ordenada pelo secretario Gabriel de Zayas, se poderá avaliar quantos nomes illustres ficaram para sempre manchados com o stygma da traição e da venalidade, e a que degradação haviam descido os descendentes dos cavalleiros de Ceuta e Arzilla.

RELAÇÃO DAS PESSOAS DO REINO DE PORTUGAL QUE ESCREVERAM A SUA MAGESTADE OFFERECENDO-SE PARA SEUS SERVIDORES.

O marquez de Villa Real e D. Jorge de Noronha seu primo:

Escreveram a s. m. muitas cartas desde o principio d'estes negocios, offerecendo-se ao serviço de s. m. como da sua casa, e sempre tem avisado e encaminhado o serviço de s. m. em quanto tem podido.

O thesoureiro de Christo, em 7 de janeiro de 1580:

Responde a outra de s. m., e offerece servir em tudo quanto podér, porque entende que o direito é de s. m., e que assim em quanto D. Christovão de Moura o avisar, e no que mais elle vir que convem procurará mui deveras servir a s. m.

D. Pedro de Menezes, por carta de 26 de janeiro de 1579:

Diz que tem tão entendida a justiça de s. m., e que está tão apparelhado para seu serviço como o sabe D. Christovão; e que assim não tem que offerecer de novo: supplica-lhe que tenha em memoria a antiguidade e serviços da sua casa.

D. Antonio de Castro, Senhor de Cascaes, por carta de 10 de fevereiro de 1580:

Diz que pelo que havia escripto D. Christovão de Moura se deve entender quão apparelhado está para o serviço de s. m., e que se parte para Cascaes, entendendo que alli podia servir melhor, e cumprir com o officio de bom vassallo de s. m. Offerece ter á devoção de s. m. as fortalezas e villas que tiver em seu poder.

D. Fernando de Castro, por duas cartas uma de 5 de março de 1579, e outra sem data:

Diz que está mui certo do direito de s. m., pois o é que s. m. não pretenderia aquillo, senão estando mui seguro da sua justiça, e que assim elle, os seus parentes e amigos hão de servir a s. m. em quanto poderem, para que tenha bom successo para tão justa pretenção, e que o mesmo fará seu pae que está na cidade de Evora.

D. Diogo de Castro, por duas cartas de 20 de abril e 5 de março de 1579:

Diz que fallou com D. Christovão, o qual sabe a sua vontade para servir a s. m., e que assim se offerece de fazer tudo o que podér em serviço de s. m., e de ir advertindo de quanto convier para o bem dos negocios.

Ruy Lourenço de Tavora, em 6 de fevereiro de 1580:

Diz que lhe deu D. Christovão uma carta de s. m., e encarece muito o quanto ha estimado a mercê que lhe fez com ella: offerece de servir no que podér, porém dil-o com palavras geraes.

Bernardo de Tavora, por carta de 20 de março de 1579:

Diz que D. Christovão lhe deu um recado de s. m., que estimou em muito, e que offerece servir em quanto podér.

Martim Corrêa da Silva, por carta de 20 de abril de 1579 uma, e a outra sem data:

Refere-se ao que D. Christovão dirá d'elle, e da sua vontade para o serviço de s. m., e offerece de encaminhar este mui deveras.

Luiz da Silva, por carta de 23 de abril de 1579:

Beija as mãos de s. m. pela mercê que lhe fez por uma carta sua, e diz que está preparado para servir a s. m. com muitos officios e diligencias, como o sabe bem D. Christovão, e que espera que Deus dê liberdade a seus irmãos, os quaes farão o mesmo.

Luiz de Miranda Henriques, por carta de 6 de fevereiro de 1580:

Escreve muitos cumprimentos em boas palavras, e offerece muito boa vontade para o serviço de s. m., encarecendo muito o que estima s. m. lhe agradeça os seus pequenos serviços.

Francisco de Resende, por carta de 4 de março de 1580:

Estima muito a honra que s. m. lhe fez com a sua carta, e offerece de servir mui deveras e com muita vontade, e de acudir a avisar D. Christovão de tudo o que lhe pareça convir.

(1) Carta de Christovão de Moura a Filippe II em 30 de março de 1580. Copias authenticas da bibliotheca real de Madrid do archivo de Simancas.

(2) Carta de Christovão de Moura a Filippe II em 30 de janeiro de 1580. — Ibidem.

(3) Ibidem.

Frei Antonio de Sousa, por carta de 5 de março de 1579:

Encarece muito o desejo grande que tem de servir a s. m., e que lhe vae mostrando em quanto póde, e advertindo a D. Christovão do que lhe parece convir, e diz o bem que serve D. Christovão, e da importancia que é sua pessoa alli.

Do Doutor Antonio da Gama ha algumas cartas:

De todas se enviou copia a D. Christovão; offerece n'ellas servir a s. m., e dá alguns pareceres sobre a successão d'aquelle reino, e diz que arriscará quanto tem para servir a s. m.

Do Doutor Diniz Filippe ha sete ou oito cartas, a ultima é de 15 de fevereiro de 1580:

Diz em todas que quanto póde e vale o emprega em servir a s. m. de que é boa testimunha D. Christovão, e adverte em algumas d'ellas cousas d'aquelle reino convenientes ao serviço de s. m., e encarece muito a paixão e affecto que lhe professa, e quanto procura encaminhal-o.

O bispo capellão-mór (D. Jorge de Athaide, bispo de Viseu) por carta de 20 de novembro de 1579:

Beija as mãos de s. m. pelo sentimento que mostra da morte de Frei Bernardo, seu irmão, e diz que tem servido, e continúa a servir a s. m. pela maneira que poderá informar D. Christovão.

Leão Henriques, confessor d'el-rei, por carta de 12 de abril de 1579:

Responde a uma carta de s. m., e diz que disse ao rei o que n'ella se lhe mandava perguntar: não faz offerecimento nenhum.

João Mendes e Vasconcellos, por carta de 3 de agosto de 1579:

Diz quanto estimou a mercê que s. m. lhe fez em suas cartas, quão seguro está da sua justiça, e offerece para o serviço de s. m. vida, fazenda, filhos e parentes com muita vontade.

Pedro de Alcaçova, por duas cartas de 17 de março e 9 de junho de 1579:

Diz quão mal pago está dos muitos serviços que fez áquella coroa, e a consolação que recebeu com a carta de s. m. que lhe deu D. Christovão: offerece-se para criado de s. m., e que fará em seu serviço quanto podér, o que deve e está obrigado.

Martim Ferreira, por carta de 24 de outubro de 1579:

Diz que o duque de Ossuna e o licenceado Padilla sabem a vontade com que serve a s. m., e entendendo quão certa é a sua justiça offerece servir com muita lealdade em tudo quanto podér: diz que é capitão-mór de 18 bandeiras de infanteria.

Ha uma carta de um, que n'ella diz que é procurador geral do reino, cuja assignatura se não póde distinguir: a data é de 17 de março de 1579.

Diz que lhe deu D. Christovão uma carta de s. m., e encarece o que estima de trabalhar quanto possa em serviço de s. m., e procurar que lhe seja guardada a sua justiça.

A duqueza de Aveiro, por carta do 1.º de agosto de 1579:

Responde á de s. m. que lhe deu o duque de Ossuna seu irmão, e diz que estará sempre prompta para obedecer a s. m., conforme a isso é obrigada e á lealdade que aquella casa deve a s. m., e que o mesmo procurará que faça o dono d'ella.

A condessa da Vidigueira, por carta de 5 de agosto de 1579:

Diz que recebeu uma carta de s. m. que lhe enviou D. Christovão, e encarece o que estimou esta mercê, offerece o seu estado, fazenda e filhos para o serviço de s. m., como mui particularmente o tem entendido D. Christovão.

D. Joanna de Athaide, por carta de 15 de agosto de 1579.

Diz a muita mercê que recebeu com a carta de s. m., e o desejo que tem aquella casa de servir a s. m., a qual, a fazenda, e os filhos se expõem a qualquer perigo por serviço de s. m.: supplica que se veja um papel que deu a D. Christovão, e que se lhe conceda o que por elle pede.

D. Catharina de Athaide, por carta de 18 de janeiro de 1580:

Diz que pelo doutor D. Diniz Filippe entendeu a muita justiça de s. m. n'aquelle reino, e offerece a casa de Villa Verde e seus filhos com muita lealdade, o qual tudo estará á obediencia de s. m.

D. Catharina de Tavora, por carta de 23 de abril de 1579:

Diz que por mão de D. Christovão recebeu a mercê que s. m. lhe fez para o resgate de seu filho, e que quando não tivesse outra obrigação para estarem todos á devoção de s. m. bastaria esta, e que assim o estavam e serviriam com a vontade e affeição que sabe D. Christovão.

(Continúa). A. P. LOPES DE MENDONÇA.

O CASTELLO DE LICHTSTEIN.

O Castello de Lichtstein, cêrca de Honau, no Wurtemberg, está assente em um enorme serro, que se ergue perpendicularmente na extremidade da poetica floresta de Echatzthales. O primitivo castello era o solar dos senhores de Lichtstein; com o decorrer dos seculos foi-se desmoronando o velho edificio, extinguindo-se a familia do proprietario, cujo nome nem sequer passaria á posteridade, se Hauff, em um primoroso poema, não enlaçasse os seus destinos e vicissitudes com as romanticas tradições da casa real de Wurtemberg.

Sobre as ruinas levantaram no seculo passado uma pequena casa, onde se albergavam os caçadores que iam distrahir-se nas contiguas matas, e que servia tambem de habitação aos couteiros que as guardavam. Ha vinte annos porém o conde Guilherme de Wurtemberg concebeu o pensamento de reedificar o castello de Lichtstein, onde um dos seus antepassados, o duque Ulrico, encontrára hospitaleiro agasalho, tornando-o assim uma agradavel residencia, longe do arruido do mundo. O professor Heideloff traçou o plano, a obra começou em 1841, e já ha dois annos que a bandeira wurtembergueza fluctua no alto da elegante torrinha, d'onde se descobrem os mais soberbos lances de vista que podem imaginar-se. Restituindo este tão romantico castello á Suabia, preparando aos forasteiros, n'aquelle formoso paiz, mais esta deliciosa estação, o conde Guilherme legou aos vindouros um bello monumento da sua superior intelligencia e apurado gosto.

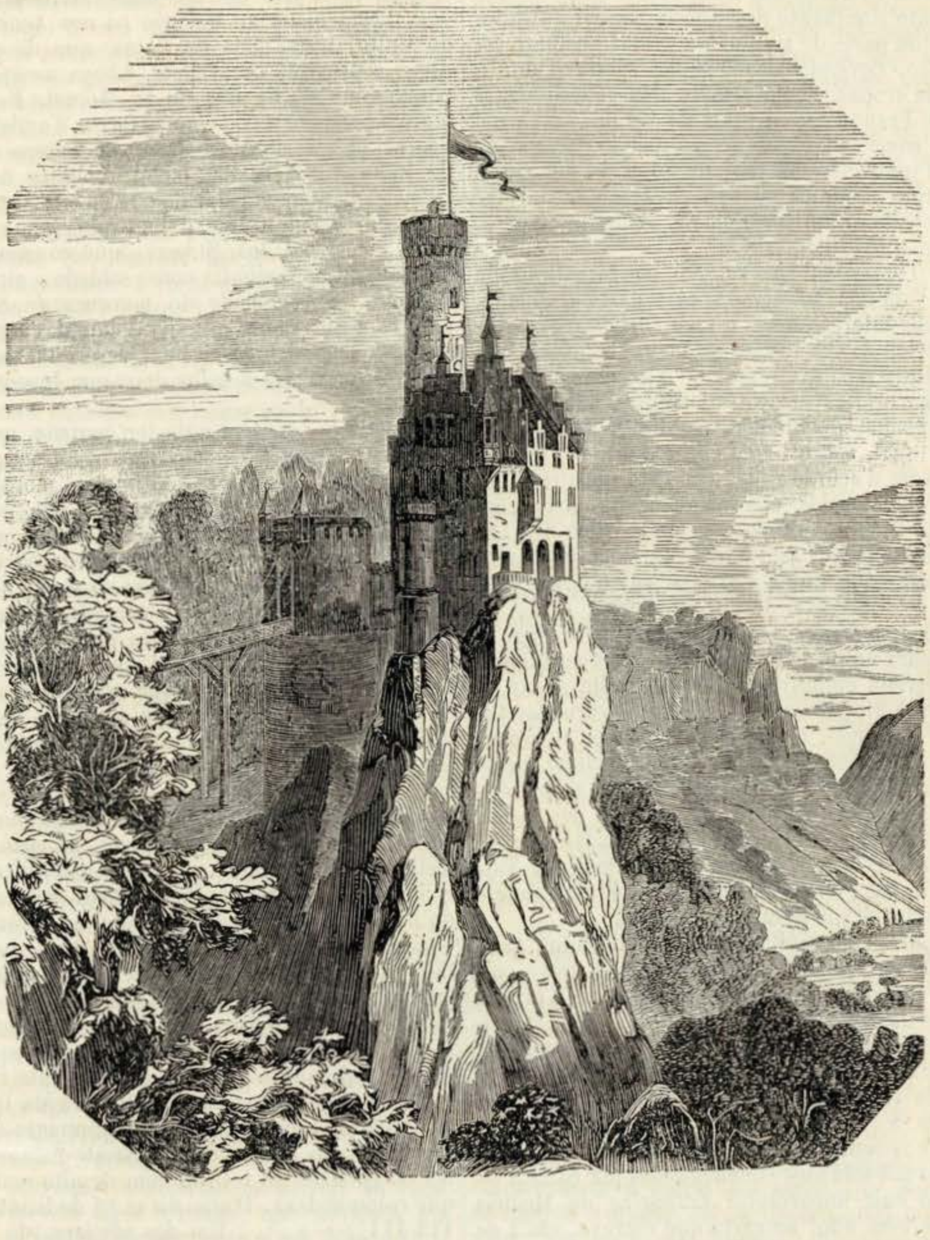
D. ANTONIO, PRIOR DO CRATO.

(Continuação).

D. Antonio pôde, em fim, sem perigo, e graças ás artes de um frade franciscano, embarcar n'um navio flamengo, em 6 de janeiro de 1581, segundo uns, e nos ultimos mezes de 1580, segundo outros, indo desembarcar são e salvo em Calais. (1)

Estando alli mais perto de Londres, que de Paris, e não tendo menor interesse em se ligar com Isabel, que com Catharina, passou sem demora a Inglaterra, convenceu-se dos sentimentos de dedicação que a rainha tinha por elle, registou as suas promessas de soccorro, e embarcou de novo para França.

(1) *La Briefve et sommaire histoire*, etc. p. 9.



O castello de Lichtstein.

Na sexta-feira 6 de outubro de 1581 estava no castello d'Eu, onde o esperára o duque d'Alençon, irmão do rei, com o qual teve uma entrevista, descripta minuciosamente no *Cérémonial français*, II, 764-766. [1] Em Dieppe, onde chegou pouco depois, achou já Brito, seu embaixador, o conde de Vimioso, seu condestavel, e Filippe Strozzi, coronel d'infanteria franceza, que o esperava com bom numero de gentis-homens. Tomando logo o caminho de Paris, recebeu na sua passagem, por toda a parte, o melhor e mais honroso acolhimento. Toda a brilhante companhia dos cortezãos de Henrique III foi ao seu encontro até Mantes, e lhe fez pomposa recepção. D. Antonio pagou enthusiasmado estas honras com presentes magnificos, isto é, com diamantes da coroa de Portugal, que tivera o cuidado de guardar antes de sair de Lisboa, se é verdade o que conta o historiador de Thou, VI, 88; dando-se a maior pressa em os distribuir pelos favoritos do rei de França, como uma especie de moeda corrente.

(1) Visconde de Santarem, *Quadro elementar*, III, 492. — Mr. Vatout na sua *Histoire du Château d'Eu* não faz menção d'esta entrevista.

Mal chegou a Paris, e se domiciliou no Louvre, elle e Catharina fizeram seus ajustes. Pozeram-se de acôrdo acerca da legitimidade das pretenções do prior ao throno de Portugal, e dos soccorros que pedia para as fazer valer.

É preciso confessar que Catharina não desistiria então abertamente, como já o havia tacitamente feito pelo seu embaixador em Lisboa, dos direitos que pretendia ter á coroa de Portugal, [1] e que até então pozera adiante de todos; sem provas bem válidas, e

(1) Como todos sabem, tambem o duque de Parma era pretendente, se não por si, pelos filhos que tivera de sua defuncta esposa D. Maria, neta d'el-rei D. Manoel « Ignoraes vós, que o duque de Parma tambem pretende o reino de Portugal, que diz pertencer-lhe, e que vendo lhe é recusado por sua magestade catholica, se apossará com direito de represalias dos Paizes-Baixos? » Conselho salutar aos parisienses, nas *Preuves de la Satire Menippée*, ed. de Prosper Marchand, III, 215. — Tambem se lê em Liaño, ácerca dos direitos de Ranucio, principe hereditario de Parma: — « Era por sua mãe neto de D. Duarte, unico principe que entre os filhos d'el-rei D. Manoel deixou posteridade masculina legitima. Ranucio, nascido em 1569, era então uma criança de 9 annos; e seu pae promettia aos portuguezes crial-o segundo seus usos e suas maximas. »

só, como o diz maliciosamente Mézeray, « a fim de fazer crer, que vinha de casa poderosa de mais para fazer questão da succession d'um reino. » (1)

Entretanto similhante desistencia não foi gratuita, o que fôra da parte de similhante rainha desinteresse mui heroico, devendo seguir-se-lhe soccorro de dinheiro e de tropas, como remate das generosidades da casa de França com o prior do Crato. Catharina estipulou, como indemnisação d'aquella cedencia de direitos, e indemnisação das despezas de homens e dinheiro, que a França ia fazer para tentar a sorte de uma expedição em favor de D. Antonio, que se lhe cederia o Brazil.

Mr. de Torsay na sua relação da expedição de Strozzi (2) dá-nos noticia de uma particularidade, talvez a mais interessante e a mais curiosa d'este singular negocio. — « A rainha mãe (diz) emprehendeu esta expedição pelo interesse que n'isso tinha da sua parte, como originaria de uma filha e herdeira da casa de Bolonha, descendente em linha recta d'um rei de Portugal, sobre o que ella e o dito rei D. Antonio estavam d'acôrdo; pois mal este fosse restabelecido aos seus estados, ella ficaria, á sua parte, com a região do Brazil » crendo com razão, que D. Antonio podia conceder, sem perda, parte de um poder de que ainda nada tinha. Como se vê, o prior consentiu.

Reforçados por esta adhesão, pozeram-se logo a trabalhar para cumprir as promessas, que certamente nunca teriam cumprimento sem aquelle ajuste.

Os Açores, graças ao vigor do seu governador Ciprião de Figueiredo, que em balde Filippe II procurára seduzir por intermedio de D. Ruy Gomez, principe de Eboly, conservavam-se ainda fieis ao pretendente portuguez. O governador batêra e destroçára as primeiras tropas que a Hespanha mandára contra a ilha Terceira, commandadas por D. Pedro de Valdez. (3) Foi para aquellas ilhas que a França determinou mandar a sua primeira expedição.

Landereau, velho capitão catholico do Poitou, partiu adiante, para tomar posição, (4) com nove embarcações e oitocentos homens; a despeito d'alguns murmurios das povoações do Meio-dia, como Henrique de Navarra, n'uma carta de 11 de maio 1582, fallando de tropas, diz que ellas se levantavam « sob pretexto da viagem ás ilhas dos Essores (*Açores*) e da Terceira. » (5) Em Bordeus apressavam o armamento de cincoenta e cinco navios, que deviam conduzir cinco mil soldados commandados por Strozzi — armamento cuja importancia Catharina de Medicis apregoa de bem alto, na carta que escreve, em 2 de junho de 1582, a mr. de Manuissière, embaixador francez em Londres, para que leve a rainha de Inglaterra a fazer eguaes esforços a favor de D. Antonio. (6)

João de Beaumont, mr. de Sainte-Solène, Carlos de Cossé-Brissac, e muitos outros gentis-homens distinctos, fizeram parte d'aquella aventurosa expedição. O ponto de reunião da frota foi em Belle-Ile-do-mar. O navio almirante foi receber em Nantes D. Antonio, mais o conde de Vimioso, D. Ruy Gomes, e todos os da sua casa. Depois emigraram para a ilha Terceira. (1)

Segue-se a isto um dos mais interessantes episodios d'esta historia. Mal põe pé nos Açores o prior do Crato, trata mais de festas, que da defesa das ilhas, e provisão da armada. Chega a esquadra hespanhola á vista da ilha de S. Miguel. É sanguinolento o combate naval que as forças d'ambos os lados dão nas aguas de Villa-Franca-do-campo no dia 27 de julho 1582, e que, como Voltaire nota, foi a primeira batalha naval dada no alto mar Atlantico. (2)

É sem egual o odio patenteado d'uma e d'outra parte pelos soldados. Strozzi « que commandava como capitão, e combatia como soldado » morre heroicamente. A crueldade do marquez de Santa-Cruz para com este nobre inimigo é uma das suas maiores nodoas. Tudo isto está bem descripto no energico quadro que d'essa batalha deixaram Brantôme e mr. de Torsay.

Brantôme, (3) depois de ter contado, que os hespanhoes odiavam de morte Strozzi, diz o seguinte: — « Pensando que elle era seu inimigo mortal, por fim o mataram, e se regozijaram com sua morte, não por mal, como já disse, que elle lhes quizesse de seu natural, que gostava de guerrear com uma nação tão bellicosa, como muitas vezes me disse. Logo que elle viu vir para si a armada do marquez de Santa-Cruz, teve taes desejos de ir para ella, primeiro que o marquez viesse, que, sendo o seu navio pesado e máo veleiro (porque era uma grande barca de Flandres), saiu d'ella para um navio mais ligeiro, onde estava o sr. de Beaumont, tenente do sr. de Brissac, que já fôra seu governador; e sem mais contemporisar, foi desafiar o almirante, e combateram mão por mão largo tempo. Sendo porém ferido com um grande tiro de mosquete, na coxa, perto do joelho, aterroraram-se os seus, e não quizeram mais combate. Logo que os hespanhoes saltaram dentro do navio francez, se apoderaram de Strozzi e o levaram ao marquez de Santa-Cruz. Este, vendo-o em tão lastimoso estado, disse que estava pejando e sujando o navio; que o acabassem: e assim fizeram, dando-lhe dois golpes de adaga, e lançando-o ao mar. » De Thou não diz tanto. Diz só que Strozzi morrêra quando o levavam ao almirante hespanhol.

Talvez que a derrota da esquadra de D. Antonio nascesse em grande parte da precipitação de Strozzi, e da defecção que n'ella fez Sainte-Solène, que antes do combate se retirou com dezoito embarcações, que commandava. D'elle diz m.me de Saint-Onge (p. 113-114): — « .... Um dos officiaes (da expedição de D. Antonio) estando em Belle-Isle á espera do armamento, se deixou ganhar por um capitão hespanhol chamado Antonio, mediante o premio de sessenta mil escudos, pagaveis em Genova; o que con-

(1) A respeito das pretenções de Catharina de Medicis, vid. Conestaggio, etc. — « Catharina de Medicis poz-se tambem na classe, e pedia esta corôa como descendente de D. Affonso III, rei de Portugal, e de Mathilde, condessa de Bolonha. » Vertot, *Révolutions de Portugal*. — No mez d'agosto de 1579 por uma carta conservada na bibliotheca nacional de Paris, ms. n.º 10, 254, escrevêra o rei de França ao cardeal-rei para que o declarasse seu herdeiro, em razão dos direitos que tinha de D. Affonso, conde de Bolonha. — Vid. *Historia chronologica do reino de Portugal*, c. 20, p. 206 — Visconde de Santarem, *Quadro elementar*, III, 486. — Rousset, *Intérêt des puissances de l'Europe*, II, 590.

(2) *Archives curieuses*, 1.ª serie, IX, 403-460.

(3) Watson, *Histoire de Philippe* II, III, 189. — *Quadro elementar*, III, 491.

(4) *Voyage de mr. de Landreau aux Açores*. Mss. da bibl. nac. de Paris, *fonds de Colbert*, n.º 29.

(5) *Lettres de Henri* IV publicadas por B. de Xivrey, I, 451.

(6) Mss. da bibl. nac. de Paris, *fonds de Colbert*, n.º 473, p. 291.

(1) Durante os preparativos da expedição, o prior esteve algum tempo em Tours, onde encontrou corações que sympathisavam com a sua causa. Ha provas d'isto, primo no titulo d'um livro mui raro publicado alli mesmo em 1582, isto é, quando D. Antonio estaria na cidade, que é como segue: — « *Le Miroir des roys et des princes, extrait d'un docteur grec* (Agapetus) *et présenté à très illustre prince, D. Antoine, roy de Portugal*, par Nicolas Nancel, médecin à Tours (1582) » pequeno formato de 8.º: secundo, n'uma brochura de dez paginas, tambem publicada em Tours, com o titulo: — « *Sommaire déclaration des justes causes et raisons de Don Antoine, roy de Portugal, de faire la guerre au roy de Castille.* » Está datada de 15 de maio 1582, no que corresponde bem á carta de Henrique IV já citada, annunciando a leva de tropas no Meio-dia para a expedição dos Açores. — *La Briefve et sommaire histoire*, p. 10, põe a residencia de D. Antonio em Tours, pouco tempo depois da sua chegada a França, e diz-nos que elle correu perigos. — « Depois (deixando Paris) passou ao castello de Plessis-Picquet, perto de Paris, e de lá a Tours, onde se descobriu um portuguez mandado para o matar .... »

(2) « .... Deram-lhe sessenta embarcações pequenas, e cêrca de seis mil homens, pela maior parte huguenotes, que estimaram poder empregar ao longe, e muito mais combatendo hespanhoes .... Apoderaram-se primeiro de uma das ilhas, mas em breve a armada de Hespanha appareceu, superior em tudo á dos francezes pela grandeza dos navios, e pelo numero das tropas. Havia n'ella doze galés de remos, e mais cincoenta galeões. Foi a primeira vez que se viu galés no Oceano, e era admiravel como as tinham podido trazer de seiscentas legoas por estes novos mares .... Esta batalha naval foi a primeira dada n'esta parte do mundo. » Voltaire, *Essais sur les Mœurs*, c. 165.

(3) Ed. de 1740, in 12, X, 318.

tribuiu muito para arruinar os negocios do rei de Portugal.» — Brantôme (p. 319) diz mais: — «Outra das suas infelicidades (de D. Antonio) foi que tendo escolhido á sua vontade os seus capitães, e gentes, tanto marinheiros como soldados, tanto nas fileiras como nos portos, foi tão mal servido e soccorrido por elles, que nenhum lhe assistiu senão o conde de Brissac.»

Entretanto, logo que Sainte-Solène chegou a França, merecidamente o processaram, julgaram, e degradaram da nobreza *«comme lasche et poltron.»*

A incerteza em que em França se esteve a respeito do exito do combate naval e da morte de Strozzi foi angustiosa. A carta de Henrique III, de 3 de setembro 1582 (*Cartas* I, 471) escripta a mr. de la Hillière, governador de Bayonna, bem o mostra. Quando se soube ao certo o resultado, ninguem deixou de atinar com as causas da derrota. No *Excellent et libre discours sur l'estat de la France* por messire Michel Huraut, senhor do Fay, diz-se que: — «A conquista da Terceira e a victoria sobre os francezes não se achariam tão admiraveis, se se considerasse, que era uma armada regular de Hespanha, contra um tropel de navios tomados aqui e alli em França.» (¹) Parece que Henrique III foi dos primeiros a accusar o prior por ter aventurado tudo n'uma batalha. N'aquelle mesmo discurso (p. 146), dirigindo-se o auctor ao rei de França, lhe diz: — «Hoje accusei-te a falta do rei de Portugal, que jogou a sua causa n'uma batalha, como se julgasse sabiamente que nada ha mais miseravel que um principe desherdado.»

Assim n'uma batalha naval nas aguas de Villa-Franca-do-campo, perdeu D. Antonio suas ultimas esperanças. Busbec (²) creu que tivesse partilhado a sorte de Strozzi, que a principio se suppoz ter sobrevivido tres dias á derrota, morrendo por lhe envenenarem as feridas. Mas não foi assim. O prior sobreviveu a muitos dos fieis companheiros, que ensanguentaram aquelles mares, e o patibulo levantado depois n'aquellas praias. Talvez Strozzi e Vimioso procurassem mesmo a morte, segundo se deprehende do que se lê em d'Aubigné. «Ainda que as forças de D. Antonio (diz) fossem fracas, só quando Strozzi soube que se não levára a effeito um segundo embarque de seis mil homens, promettido pelo irmão do rei de França, apertou a mão ao conde de Vimioso, e não querendo ambos sobreviver ao infortunio que previam, resolveram os demais ao combate, e na mesma tarde o conde, que mandava um portuguez a Nantes, me escreveu n'um bilhete (que conservo preciosamente) estas palavras: — 'Tendes sido mui exacto propheta dos nossos males, e apalpastes bem o pulso do infiel: todos vossos receios pela nossa derrota nos foram inuteis, mas prometto-vos morrer com bravura. Lastimar-me-heis, mas não tereis vergonha da amisade que vos tinha jurado Antonio, e o conde de Vimioso.' — A el-rei D. Antonio mandei a resposta n'estes termos: — 'Só de vós dependia que eu fosse vosso medico, antes que vosso propheta: não vos dissimularei minhas justas queixas; mas teria com melhor vontade consagrado meus labios a vossos louvores, e ás vossas victorias as mãos fieis de V. T.'» (*Continúa*).

(¹) *Preuves de la satyre Menippée*, III, 136.
(²) *Epist.* VI, 473.

O BRAZÃO D'ARMAS DA VILLA DE MONÇÃO.

Quando el-rei D. Fernando subiu ao throno de Portugal, em 1367, ardiam os reinos de Castella e Leão na mais encarniçada e feroz guerra civil, que na peninsula se tem ateado.

D. Henrique, conde de Trastamara, filho bastardo d'el-rei D. Affonso XI, pondo-se á frente dos muitos descontentes, a quem as crueldades e escandalos de seu irmão, D. Pedro I, haviam indignado e excitado, levantára o estandarte da revolta, e se fizera acclamar Henrique II, rei de Castella e Leão, correndo o anno de 1364.

Auxiliado pelos reis d'Aragão e de Navarra, que bem desejavam verem-se livres de um visinho tão poderoso e turbulento como era o rei D. Pedro I, sustentou uma lucta porfiosa, ainda que com sorte varia, durante cinco annos, que foram para toda a Hespanha um periodo inteiro de sangue, vertido nos campos de batalha em guerra d'irmãos e de estranhos; derramado nos cadafalsos para pasto de odios e vinganças; e entornado por toda a parte ás mãos da perfidia e da traição. E por traição acabou esta lucta sanguinolenta, caindo o rei D. Pedro aos pés do seu rival com o coração atravessado pelo punhal fratricida (1369).

O epitheto de *cruel* que davam a D. Pedro os seus vassallos, e que a historia lhe confirmou, apesar de ser tão justificado, não impediu, que a indigna acção de D. Henrique revoltasse contra si não só os parciaes do monarcha assassinado, mas até mesmo muitos dos que mais amaldiçoavam o seu governo tyrannico.

Assim, pois, quando o conde de Trastamara, fazendo degrão do corpo exanime de seu irmão para subir ao throno, se julgava rei e senhor pacifico de Castella, um grande numero de fidalgos castelhanos, e entre elles alguns dos mais poderosos d'aquelle reino, transpunham as fronteiras de Portugal para vir offerecer a el-rei D. Fernando aquella coroa, que diziam usurpada, pondo á sua disposição para essa empreza as suas pessoas, os seus bens, e os castellos e terras de que eram senhores.

D. Fernando era moço e rei, e vivia n'essas eras em que a ambição de conquistas era uma qualidade, quasi uma virtude, indispensavel em coração de soberano. E além do muito que o lisongeava um tal offerecimento, affigurou-se ao monarcha portuguez, que lhe assistia mesmo o direito de empunhar o sceptro de S. Fernando, sendo, como era, neto da rainha D. Beatriz de Castella, mulher do nosso rei D. Affonso IV, e por conseguinte bisneto de D. Sancho IV, rei de Castella.

Movido, pois, á guerra, tratou primeiro de dispor em seu favor o animo dos soberanos, que estavam no caso de o ajudar, ou que mais podiam contrarial-o n'esta sua pretenção. Enviou, portanto, immediatamente quatro embaixadores ao summo pontifice, ao monarcha d'Inglaterra, ao rei d'Aragão, e ao rei mouro de Granada.

Aos dois primeiros mandava tão sómente justificar o seu procedimento. Ao terceiro propunha uma alliança offensiva e defensiva, com vantagens reciprocas de engrandecimento territorial, pedindo como para consagrar essa alliança, a mão da princeza D. Leonor, filha do monarcha aragonez. (¹) Ao quarto, finalmente, offerecia a paz por cincoenta annos, e lhe requeria que rompesse ao mesmo tempo hostilidades contra o assassino do infeliz D. Pedro I, de quem o proprio rei de Granada fôra amigo, e por vezes alliado.

Vendo acceitas estas propostas, partiu el-rei D. Fernando para a Galliza, acompanhado de todos os fidalgos castelhanos, que se haviam passado ao seu serviço. A sua entrada n'este reino foi um continuado triumpho. Em pouco tempo quasi todos os castellos e cidades lhe franquearam as suas portas, uns

(¹) Chegaram-se a celebrar os esponsaes, por procuração, e com grande solemnidade, na egreja de S. Martinho de Lisboa. Os amores, porém, de outra Leonor obstaram a este consorcio, e acabaram com aquella alliança.

de bom grado, outros obrigados pela sorte das armas. D. Fernando ahi cunhou moeda, doou terras, e deu empregos e titulos como verdadeiro rei de Castella. Não tardou, porém, que os exercitos de D. Henrique II, atravessando as fronteiras de Portugal, pozessem uma barreira áquella marcha triumphante.

Não é nosso proposito relatar aqui os successos d'essa obstinada lucta, em que se passou, com poucos intervallos, quasi todo o reinado de D. Fernando I, e que tão caros fez pagar ao paiz os sonhos de ambição do seu joven soberano. Para o nosso assumpto é já muito bastante o que deixâmos referido.

Durante estas guerras veiu, pois, Pedro Rodrigues Sarmento, adiantado do reino de Galliza, pôr cêrco á villa de Monção.

Apesar do forte castello, que ahi levantára el-rei D. Diniz, e das muralhas com que a cingira, a sua guarnição era tão desproporcionadamente pequena em relação ás forças que a sitiavam, que foi mister confiar mais no seu valor e coragem do que na altura dos muros e na profundidade dos fossos. Os amiudados assaltos do inimigo eram sempre repellidos com bravura; mas a victoria custava tambem sempre muitas vidas.

Dizimados, portanto, de dia para dia pela furia dos combates; quasi rendidos ás fadigas de uma lucta sem treguas, e de vigilias sem repouso; faltos de mantimentos, e em breve a braços com a fome; desamparados já da esperança de soccorro, os valentes defensores de Monção viam-se em fim chegados ás ultimas extremidades, em que arrefece o mais ardente valor, e em que descorçôa a mais provada coragem.

Foi então que a Providencia, que muitas vezes se serve de um fraco instrumento para acções grandiosas, inspirou a uma mulher o como salvaria Monção de cair em poder de tão desapiedados inimigos.



O brazão d'armas da villa de Monção.

Deosadeu Martins, esposa do capitão mór d'aquella villa, Vasco Gomes de Abreu, era uma d'essas mulheres, de que a historia nos aponta exemplos, que occultam em peito feminino um coração varonil. Em todas as occasiões de combate corria sempre veloz a tomar parte na defensa da villa, arremeçando de sobre os muros pedras e materias inflammadas. Aonde o perigo era maior, lá apparecia com o denodo de um soldado corajoso, e animando a todos como o faria um chefe valoroso e dedicado. E quando as traças do inimigo conseguiram abrir brecha na muralha, logo n'ella foi vista a heroina a impedir-lhe o passo com a espada na mão.

Infelizmente tinham as cousas chegado a ponto, em que estava passado o tempo para os actos de valor, isto é, em que era inutil para os sitiados todo o valor das armas. A fome, zombando do esforço humano, ia pôr termo a tão heroica resistencia.

Deosadeu Martins, que em quanto teve pão para dar, o ia repartindo pelos soldados, adiando d'est'arte de dia para dia a hora fatal do rendimento da praça, chegou-se uma vez ao seu celleiro, e só encontrou no fundo d'elle uma exigua porção de farinha, com que apenas poderia fabricar alguns poucos pães. A outra qualquer desfallecer-lhe-hia o animo, e romperia em lagrimas, vendo n'esses miseros restos do seu provimento o triste annuncio da morte ou captiveiro. Porém a uma alma d'aquella tempera a grandeza do infortunio costuma sempre exaltar o espirito, e elevar o pensamento. E com effeito a imminencia do perigo suggeriu-lhe uma idéa luminosa, que Deus se dignou de coroar.

A resoluta dama, sabendo que aos inimigos começava a escacear o pão, pega da farinha, manda-a amassar e cozer, e depois, enchendo o regaço com os pães, que ella produziu, sóbe ás muralhas, e d'ahi os lança aos soldados castelhanos, dizendo-lhes: «A vós, que não podendo conquistar-nos pela força das armas, nos haveis querido render pela fome, nós mais humanos, e porque, graças a Deus, nos achâmos bem providos, vendo que não estaes fartos, vos enviâmos esse soccorro, e vos daremos mais, se o pedirdes.»

Ficaram os inimigos tão desconcertados com esta acção, que os fez crer em que a praça estava abundante de mantimentos, que, perdendo a seu turno a esperança de a submetter, e já cansados da duração do assedio, levantaram o sitio, e se recolheram a Galliza.

Foi celebrado na villa este inesperado successo com festas e regozijos proprios de quem passára para a vida, quando se achava entre os umbraes da morte. A heroina foi applaudida, e victoriada como libertadora, e em honra sua, e para memoria do feito, d'elle tomou a villa as suas armas, e além d'isso mandou a camara pintar na sua bandeira o retrato d'aquella illustre dama. Depois da sua morte por longa serie d'annos se praticou a ceremonia de se abrir e ler todos os annos, em certo dia, junto da sua sepultura a lista dos vereadores.

Consistem, pois, as armas de Monção em um meio corpo de mulher, com dois pães junto a si, sobre uma muralha, e em campo branco, com esta letra por cima, *Deus o deu*, commemorando assim o seu nome, e alludindo á mercê divina.

Os descendentes de Deosadeu Martins, que tem o appellido de Palhares, usam do seguinte brazão egualmente commemorativo. Em escudo vermelho uma mão empunhando uma espada com a ponta para cima, e seis pães de ouro de alto abaixo, tres de cada lado, tendo o escudo por orla o cordão de S. Francisco, em lembrança do dia da sua festa em que teve logar o referido successo.

A villa de Monção está situada na provincia do Minho, em distancia de duas legoas da praça de Valença. É povoação antiquissima, e segundo alguns auctores anterior aos romanos, que a denominavam *Obobriga*, nome que aquelles dizem derivar-se de Brigo, seu fundador. Quando S. Thiago veiu a esta provincia prégar a fé catholica, chamava-se então *Mamia*, e era uma cidade; os godos a appellidaram *Mons Sanctus*, em portuguez *Monte Santo*, e depois abreviado em Monção.

Ora destruida, ora reedificada durante essas differentes dominações, no tempo do nosso rei D. Affonso III estava inteiramente arruinada e deserta. Foi então novamente reconstruida e povoada por este soberano, que lhe deu foral em 1261. El-rei D. Diniz, como dissemos, fundou-lhe o castello, e cingiu-a de muros; e D. João II reedificou e augmentou as muralhas. Actualmente conta uns 1:200 habitantes.

I. DE VILHENA BARBOSA.

LISBOA — Typographia de Castro & Irmão, Rua da Boa-Vista n.º 1